

RICARDO FAHR PESSOA

A CRISE NA VENEZUELA: PALCO DA NOVA GUERRA FRIA

Trabalho de Conclusão de Curso – artigo científico apresentado à Comissão de Avaliação de TCC da Escola Superior de Guerra – Campus Brasília como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Altos Estudos em Defesa.

Orientador: Prof. Paulo Roberto Laraburu Nascimento

Brasília
2019

A CRISE NA VENEZUELA: PALCO DA NOVA GUERRA FRIA

Ricardo Fahr Pessoa¹

RESUMO

Este trabalho pretende obter, a partir de uma análise dos períodos da Guerra Fria, pós-Guerra Fria e desdobramentos da crise na Venezuela, elementos que sirvam para uma compreensão do Sistema Internacional. Para tal, são estudados os principais marcos das mudanças históricas na ordem mundial, buscando identificar na disputa materializada na crise da Venezuela traços e afinidades das políticas externas das principais potências com aquelas existentes no período da Guerra Fria. Parte-se da premissa de que existe uma disputa interestatal materializada na Crise da Venezuela que expõem a bipolaridade desse período, numa lógica de bipolarização sem bipolaridade, transposta para uma competição global num quadro assimétrico. O objetivo é analisar a crise na Venezuela sob a ótica da Guerra Fria. Assim, são analisadas a política externa das grandes potências bélicas, Estados Unidos, China e Rússia, comparando seus interesses estratégicos. Considera-se que a crise hegemônica dos Estados Unidos e o acirramento da disputa deste com a China e com a Rússia se traduzem no conflito venezuelano, explicando as tendências do Sistema Internacional Contemporâneo. A metodologia adotada utilizou técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, visando buscar referenciais teóricos e históricos. Por fim, a conclusão indica a continuidade da tensão entre os dois polos e uma transição de ordem mundial da hegemonia americana para uma multipolaridade assimétrica.

Palavras-chave: Defesa Nacional. Crise. Venezuela. Guerra Fria. Bipolaridade.

THE CRISIS IN VENEZUELA: Stage of the new Cold War

ABSTRACT

This study aims to obtain, from an analysis of Cold War, post-Cold War and development of the crisis in Venezuela, elements that were used for an understanding of the International System. To this end, we study the main milestones of historical changes of the world order seeking to identify disputes materialized in the Venezuelan crisis traits and affinities of foreign policies with external relations in the Cold War period. Starting from the premise that there is a dispute materialized in the Venezuelan Crisis that exposes the bipolarity of this period, in a logic of bipolarization without bipolarity, transposed to global competition in an asymmetrical framework. The objective is to analyze a crisis in Venezuela from the perspective of Cold War. This analyzes the foreign policies of great war powers, the United States, China and Russia, comparing their strategic interests. It's considered that a hegemonic crisis of the United States and the intensification of its dispute with China and Russia translate into Venezuelan conflict, explain how trends of Contemporary International System. Finally, one conclusion indicates the detection of the tension between the two poles and a world order transition from American hegemony to asymmetric multipolarity.

Keywords: *National Defense. Crisis. Venezuela. Cold War. Bipolarity.*

SUMÁRIO: 1 Introdução – 2 A bipolaridade e a Guerra Fria – 3 O fim da bipolaridade e o reposicionamento da Rússia – 4 Relevância econômica e geopolítica da Venezuela – 5 O Sistema Internacional Contemporâneo e a Crise da Venezuela – 6 Considerações finais.

¹ Auditor Federal de Controle Externo (AUFC) do Tribunal de Contas da União (TCU). Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Guerra (ESG), Campus Brasília, 2019.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem havido muito debate em torno da crescente concorrência entre as grandes potências. Vários pensadores colocam que estamos entrando em uma era de incerteza em que a competição poderia superar a cooperação como a principal característica da governança internacional.

Entre esses pensadores, encontra-se Mead (2014), que no mesmo sentido acredita que a geopolítica voltou ao centro das atenções num momento em que as grandes potências estão empregando não apenas o poder tradicional na competição internacional como também outros meios de projeção de poder.

Atualmente, as confrontações a fim de projetar poder afetam regiões que não foram sujeitas a tais disputas desde a Guerra Fria. Esse é o caso particular da Venezuela, que vem experimentando um impacto interno de disputa de poder.

A imprevisibilidade dos acontecimentos vividos na Venezuela, em razão da escalada de uma crise interna, associada ao aumento dos laços, na última década, com a China e com a Rússia, levam a um impasse com os Estados Unidos, na medida em que procuram confrontar o poder dos EUA na América Latina.

A Venezuela atravessa um período bastante conturbado, desde a reeleição do Presidente Nicolas Maduro, em 2018, num pleito controverso e não reconhecido pela oposição e pela comunidade internacional. Desde o primeiro mandato, Nicolas Maduro governa o país por decreto, com poderes especiais. Aliado a isso, sua presidência é marcada pelo declínio socioeconômico venezuelano, com acentuado aumento da pobreza, inflação, criminalidade e fome.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o relatório World Economic Outlook (2019, p. 5), prevê: “[...] A profunda crise humanitária e a implosão econômica na Venezuela continuam a ter um impacto devastador, e a economia deverá contrair em torno de 35% em 2019 [...]”.

O agravamento da crise econômica e humanitária pela qual vive o país traz reflexo direto no ritmo de saída de população da Venezuela que tem crescido de maneira acelerada. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), revelam que, desde 2014, saíram do país 4 milhões de pessoas. Atualmente, os venezuelanos são considerados o segundo maior grupo populacional deslocado do mundo, ficando atrás apenas dos refugiados sírios.

Nesse contexto de instabilidade interna e caos social, a Venezuela surge como palco da disputa de três atores. De um lado, a preponderância dos Estados Unidos e da coligação

ocidental pela formação de uma aliança democrática alargada. No outro polo político e ideológico, aparecem a Rússia e a China.

Este artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, fornecerá uma comparação estruturada e focada nos aspectos dessa disputa e procurará identificar traços e afinidades das políticas externas com aquelas existentes no período da Guerra Fria. Buscam-se as bases para identificar a hipótese geral: existe uma disputa interestatal materializada na Crise da Venezuela que expõe a bipolaridade da Guerra Fria, numa lógica de bipolarização sem bipolaridade, transposta para uma competição global num quadro assimétrico.

Portanto, a pergunta central deste trabalho é: como a disputa interestatal entre os Estados Unidos, Rússia e China materializada na Crise da Venezuela apresenta elementos úteis para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo?

São quatro os objetivos específicos: (1) analisar os principais traços do período da Guerra Fria; (2) analisar o período pós-Guerra Fria; (3) identificar a relevância estratégica da Venezuela dentro da disputa econômica e geopolítica dos eixos do poder e, por último, (4) realizar uma análise da geopolítica contemporânea da crise venezuelana.

Em consonância com seus objetivos específicos, o presente artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira, apresenta-se o conceito de bipolaridade no contexto da Guerra Fria. Descreve-se o fim da bipolaridade e o reposicionamento da Rússia e da China, suas estratégias e interesses no contexto atual. Em seguida, realiza-se uma análise sobre a relevância da Venezuela dentro da disputa econômica e geopolítica dos eixos do poder mundial. Por fim, é realizada uma prospecção da geopolítica contemporânea e a crise da Venezuela.

2. A BIPOLARIDADE E A GUERRA FRIA

Durante a II Guerra Mundial, para fazer face as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), foi constituída uma aliança das chamadas democracias capitalistas com o socialismo estalinista soviético. Entretanto, ao final do conflito mundial, surgiram tensões advindas de interesses antagônicos dos países que constituíram a aliança que levaram a humanidade à beira de uma nova guerra mundial.

A desconfiança mútua entre a URSS e os EUA, conjuntamente com a Inglaterra, aumentou após o desfecho do conflito. Fatos tanto no campo ocidental como no oriental demonstraram a escalada dessa desconfiança.

Segundo Kissinger (2015), o novo mundo que então começava a emergir buscava o equilíbrio ancorado nas condutas e poder bélico dessas duas grandes superpotências: os Estados Unidos do outro lado do Atlântico e a União Soviética no limite oeste da Europa.

Durante o período da Guerra Fria, como é possível observar na literatura especializada, as superpotências competiam nas mais diferentes regiões do planeta com a finalidade de empreender os seus diferentes projetos políticos.

Segundo Munhoz (2017a), esta rivalidade justificou a escalada da pressão sobre as áreas de influência de cada um dos polos, tanto no campo soviético quanto no estadunidense. Como consequência, a Guerra Fria acarretou o alargamento, em escala mundial, de vários conflitos regionais e, após um período inicial marcado por posturas radicalizadas, ela criou um sistema balanceado de relações e padrões toleráveis e previsíveis de confronto. Nesse contexto, EUA e União Soviética enfrentavam-se por outros meios, tais como: a corrida aeroespacial que visava a supremacia na exploração e tecnologia espacial de modo a evitar o embate direto entre as suas forças. Entretanto, a bipolaridade não impedia o surgimento de conflitos regionais, mas procurava mantê-los sob controle de forma a evitar que se transformassem em guerras de dimensões mundiais.

Para um melhor entendimento dessa visão de mundo, traz-se a definição adotada por Diniz (2006, p.512):

bipolaridade: trata-se de uma balança de poder denominada por duas potências de poderio semelhante. Caracteriza-se por um grau relativamente baixo de tensão, em que o balanceamento entre as duas potências se dá de maneira razoavelmente imediata e eficiente, pois não há a tentação de transferir os riscos e custos (buckpassing) para um eventual outro membro de uma aliança (que ficaria então na posição buck-catcher). Nessa situação, uma potência contrabalança a outra.

Vê-se então que durante a Guerra Fria é plausível a imagem de um mundo bipolarizado. É bem verdade que a bipolaridade vigente influenciava os demais Estados a manterem uma associação a cada uma das duas superpotências, formando assim dois blocos que possuíam interesses distintos e não atuavam de forma homogênea. Apesar de existirem dissidências nas alianças concertadas e, de certo modo, até havia alguma possibilidade de autonomia dos parceiros menores. Alguns eventos históricos demonstram inclusive tentativas de ruptura da rigidez bipolar, tais como: a Conferência de Bandung de 1955 e a Revolta da Hungria de 1956.

Em decorrência, nas respectivas esferas de influência, foram consolidadas as estruturas materiais e edificados os arcabouços ideológicos que alicerçavam o regime político instituído e forneciam os instrumentos de crítica e combate ao campo adversário.

Por baixo dessa cortina de fumaça ideológica, encontrava-se um modo operante característico dos atores estatais segundo a lógica da maximização do poder. Neste período, a ordem girava em torno das premissas do pensamento do realismo, onde vigorava a anarquia

internacional e a ênfase nos conceitos de poder, sobrevivência, conflito, interesse e racionalidade.

3. O FIM DA BIPOLARIDADE E O REPOSICIONAMENTO DA RÚSSIA

No contexto da Guerra fria, deu-se a corrida armamentista, descrito por Herz (1950) como o Dilema de Segurança², que perdurou por cerca de quatro décadas, canalizando grandes somas de recursos que poderiam ter sido investidos no desenvolvimento do país.

Conforme retrata Munhoz (2017b), esses recursos foram empregados em duas direções. A primeira refere-se ao campo militar, onde a URSS buscou paridade estratégica com os EUA. Mesmo com uma produção de riquezas que, no início da década de 1960, assemelhava-se à aproximadamente a metade daquela gerada nos EUA, a União Soviética gastou por muitos anos, em termos proporcionais ao seu PIB, o dobro do que despendia a potência rival. Fato que acabou levando ao colapso econômico do sistema soviético.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi o principal marco do final da Guerra Fria. Após a queda do muro, rapidamente, a Alemanha unificou-se e deu-se o colapso dos Estados-satélites soviéticos, ocasionado assim a total desagregação da União Soviética.

Com o colapso da URSS, havia sido posto termo a uma era. Definitivamente, a Guerra Fria havia sido superada. A natureza geopolítica da ordem internacional foi transformada em sua essência quando deixou de existir uma ameaça militar vinda de dentro da Europa.

À medida que o poder soviético foi declinando e tendo em vista a hegemonia dos Estados Unidos, a ordem internacional foi caminhando, em alguma medida, na direção de um mundo unipolar.

A característica evidente dessa transformação foi a incrível liberdade de ação vivenciada pelos EUA no cenário internacional, jamais experimentada na sua história. Isso perdurou até a primeira década do século XXI.

No decorrer da década de 1990, à medida que o poder norte americano aumentava, a Rússia atravessava um acelerado processo de degeneração do seu poder nacional. Como consequência, o entorno estratégico da Rússia foi sendo absorvido pela Aliança Atlântica e pela União Europeia. Segundo Teixeira Junior (2018), as guerras dos Balcãs e a guerra civil na Chechênia são exemplos dessa deterioração, de perda de prestígio e do risco de desintegração territorial. Para fazer frente ao novo desafio, o presidente Vladimir Putin reposicionou o país

² O Dilema de Segurança pode ser entendido como o esforço de grupos ou indivíduos por aumentar indefinidamente sua segurança em razão da preocupação com o ataque de outros grupos ou indivíduos. Como ninguém pode jamais sentir-se inteiramente seguro num mundo em competição, instala-se o círculo vicioso de acumulação de segurança e poder.

no cenário internacional e iniciou a construção de um mundo policêntrico, no qual a Rússia seria reconhecida como grande potência.

Talvez a guerra da Geórgia tenha sido o ponto de inflexão do reposicionamento russo e a sua concepção sobre o uso da força. Este conflito mostrou a intenção de Moscou de empregar a força militar e, conseqüentemente, frear o processo de desagregação de seu entorno estratégico. Contudo, conforme aponta Teixeira Junior (2018), a experiência demonstrou que a Rússia apresentava sérios problemas na aplicação do poder militar, principalmente em função do seu atraso em comparação ao grau de profissionalismo, prontidão e tecnologia de países como os EUA e outros membros da OTAN.

No entendimento de Teixeira Junior (2018), as lições aprendidas com a guerra da Geórgia fizeram como que o governo de Moscou desse início às reformas militares que visava modernizar as forças armadas do país, superando o modelo de força baseada na mobilização em massa para uma força calcada na prontidão permanente. Como resultado dessas reformas, o autor cita o sucesso operacional no decorrer da invasão e anexação da Crimeia que levou o surgimento da “guerra híbrida” como estratégia de projeção do uso da força.

A partir daí, a projeção de poder russo esteve calcada na tríade nuclear como instrumento de dissuasão interestatal com ênfase na guerra assimétrica como forma de sobrepujar o seu estado de atraso tecnológico diante de seus concorrentes. Apesar das dificuldades da indústria de defesa e da economia russa, foram desenvolvidas novas capacidades que, recentemente, foram empregadas no conflito sírio para projetar força para além das suas fronteiras.

Em outras palavras, uma postura mais agressiva na esfera internacional acompanhou a construção de uma estratégia de equilíbrio difícil de uma Rússia cada vez mais propensa a responder de forma decisiva às ameaças à segurança. Ao adotar essa estratégia de política externa de equilíbrio mais substancial em relação aos EUA e seus aliados da OTAN no espaço eurasiático, a Rússia também começou a demonstrar interesse em recuperar sua influência nos estados bálticos e em outros territórios fora do continente. Interromper o equilíbrio de poder em países onde os EUA e a OTAN têm interesses é um meio de desviar os esforços ocidentais e de reforçar o objetivo da Rússia de alcançar uma maior influência na Eurásia.

Conforme relata Silva (2018), a Rússia sempre desempenhou um papel único no cenário internacional. Ela participou em várias oportunidades do equilíbrio de poder europeu e do equilíbrio de poder asiático. O país ainda foi o grande responsável por impedir, em vários momentos da história, o domínio da Europa ao conter Carlos XII da Suécia, Napoleão e Hitler. Ao longo dos séculos a sua política seguiu ciclos de expansão e de retração, em que se organiza internamente e volta a lançar-se no expansionismo territorial. No mesmo sentido, KISSINGER

(2015, p. 42) descreve a Rússia assim: “De Pedro, o Grande, a Vladimir Putin, as circunstâncias mudaram, mas o ritmo permaneceu extraordinariamente coerente”.

Assim, a Rússia adotou um relacionamento mais assertivo com países que poderiam ajudar a avançar seus grandes objetivos estratégicos em áreas como o Oriente Médio, África e América Latina, especialmente com aqueles estados que tinham políticas externas anti-EUA.

A ligação russa com a América Latina concentrava-se principalmente em aliados da antiga União Soviética, como Cuba e Nicarágua, ao mesmo tempo em que estava pronto para assumir riscos políticos ao contrabalançar a influência dos EUA na América Latina, como a Venezuela e, em menor escala, no Equador e na Bolívia. Além disso, a Rússia sempre demonstrou interesse nos países que não se opunham aos EUA nem se aliavam à Rússia, mas eram de grande interesse comercial, como o Brasil e o México.

4. RELEVÂNCIA ECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DA VENEZUELA

A Venezuela é o país com a maior reserva provada de petróleo do mundo. Acredita-se que a área do Cinturão do Orinoco, no nordeste da Venezuela, possua capacidade de cerca de 300 bilhões de barris de petróleo, superando a capacidade saudita de 268 bilhões. Em comparação com o total de petróleo existente no planeta, verifica-se que a Venezuela possui sozinha aproximadamente 20% de toda a reserva provada.

As grandes reservas de petróleo e a posição estratégica da Venezuela sempre fizeram dela um ativo interessante para as grandes potências. O país tem tantos recursos naturais que é membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e depende muito de sua estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA).

Recurso energético é uma variável geopolítica determinante para a capacidade de acumulação de poder dos Estados e central para o entendimento da distribuição do poder no Sistema Internacional. A história retrata, como afirmam Góes e Silva (2017), que a ordem mundial fora abalada pelas crises do petróleo (Choques do Petróleo de 1973 e 1979-80), o que demonstra a importância desse recurso.

Não é demais ressaltar que o petróleo não é uma commodity comum, pois continua a ser o principal recurso energético mundial. Foi especialmente estratégico no século XX e continua a ser no século XXI. Com o aumento da demanda mundial por petróleo, nas últimas décadas, os Estados foram tornando-se cada vez mais dependentes do recurso. Suas vantagens em relação a outras fontes de energia acabaram convertendo o petróleo na principal fonte de energética mundial e indispensável para a alavancagem do crescimento nacional. É fundamental para o desenvolvimento industrial e para o funcionamento dos meios de transportes, da fabricação de alimentos no campo e do abastecimento dos equipamentos militares.

Por este motivo, o controle das principais reservas de petróleo do mundo é essencial para a manutenção do poder das grandes potências no Sistema Internacional. Para Nunes (2018), a proximidade dessas reservas e a abundância de petróleo disponível acabaram consolidando os laços entre a Venezuela e os EUA. A aproximação entre os dois países acabou fazendo que, durante a metade do último século, fosse alçada a importante posição de aliada dos EUA na América Latina.

Ao contrário de seus vizinhos da América do Sul, a Venezuela desfrutou de uma das democracias mais estáveis da região e foi uma grande defensora dos valores liberais americanos na América Latina desde o estabelecimento do Pacto de Punto Fijo em 1958. O Acordo assegurou a estabilidade política do país até o início dos anos 2000 e deu aos EUA um papel significativo nesta estabilidade. Entretanto, mudanças nas relações bilaterais EUA-Venezuela criaram a oportunidade para interromper o “status quo” do equilíbrio de poder nas Américas. Com a chegada do presidente Hugo Chávez ao poder em 1998, as relações bilaterais com os EUA ficaram sujeitas a realinhamento. Nos anos que se seguiram, Chávez decidiu promover a reforma constitucional, direcionar políticas econômicas nacionalistas e não-liberais e uma abordagem não-ocidental da democracia participativa.

No entanto, foi em 2002, após uma tentativa de golpe para derrubar Chávez e substituí-lo por Pedro Carmona, presidente da Federação Venezuelana de Câmaras e Associações de Comércio e Produção (FEDECAMARAS), que os EUA e a Venezuela começaram definitivamente a se afastar.

O afastamento pode ser notado quando analisam-se os números das exportações de petróleo da Venezuela. Enquanto, em 2000, os EUA praticamente monopolizavam as exportações de petróleo venezuelano, em 2018, a Venezuela exportou mais petróleo para a China e para a Índia do que para os EUA. Atualmente, os países que mais importam petróleo da Venezuela são os EUA, seguido pela Índia e China.

Depois que Chávez retomou o governo, sua eloquência antiamericana aumentou, acusou os EUA de intervencionismo, e apelou ao ressentimento nacional contra os americanos. Os Estados Unidos, por sua vez, tentaram reestabelecer sua influência na região pressionando a Venezuela por mudanças democráticas em sua política nacional. Entre os movimentos de pressão, o Secretário de Estado dos EUA declarou em 2006 embargo de armas contra a Venezuela.

Nesse contexto, a Rússia assumiu o papel de principal fornecedora de armas da Venezuela. Ao longo dos anos, exportou uma variedade de equipamentos militares para a Venezuela, entre eles: sistemas portáteis de lançamento de mísseis, tanques, aviões de combate

(SU-27MK e SU-30MK), unidades de artilharia e ainda fuzis kalashnikov (AK-47).

Além disto, a Rússia aproveitou o afastamento norte-americano e utilizou o país como seu quintal de operações militares, em várias ocasiões, realizou manobras militares e aéreas no território venezuelano. A mobilização russa no território venezuelano foi uma tática Russa para desviar a atenção em tempos de conflito no teatro de operações europeu. Em 2008, após a guerra da Geórgia, a Rússia enviou navios de guerra e dois bombardeiros estratégicos Tupolev Tu-160, capaz de transportar armas nucleares, para o território venezuelano com parte de exercícios militares, demonstrando assim um comportamento mais agressivo.

Em 2018, após a reeleição de Nicolas Maduro, aumentaram as pressões dos EUA e novas sanções foram aplicadas à Venezuela. Em apoio ao regime e em resposta a gestos hostis norte-americanos no mar Negro, a Rússia enviou seus bombardeiros estratégicos à Caracas, como mais uma demonstração de força.

Empresas russas estatais de energia forneceram ajuda econômica à Venezuela, reforçando o compromisso russo de investir na Venezuela, embora a Rússia e a Venezuela não mantivessem uma aliança formal no setor militar e de petróleo.

A China, por sua vez, mantém uma política externa voltada a não-intervenção. Entretanto, sua agenda envolve oportunidades em países em desenvolvimento, já que possui interesses estratégicos nesses países. Na Venezuela, seus interesses são especialmente a venda de armamentos e fornecimento energético do gigante asiático a longo prazo. Embora, como apontado por Visentini (2011), o país asiático procura parcerias estratégicas em áreas aparentemente menos conflituosas, o país está em uma posição na qual não pode dispensar recursos oriundos dos países fornecedores de petróleo e, portanto, seu envolvimento em conflitos recentes tem crescido significativamente.

Assim, a China está gradualmente se mostrando mais disposta a apoiar seus interesses nacionais no exterior, por exemplo, salvaguardando os interesses de segurança do país em novos domínios, protegendo seus interesses no exterior, especialmente na América Latina. As relações bilaterais sino-venezuelanas são, portanto, parte dessa estratégia suave para a América Latina.

No lado econômico, a China fez vários investimentos em infraestrutura na Venezuela, especialmente na extração de petróleo, fabricação de automóveis e construção. Um dos principais pilares dessa relação foi o crédito bancário. A Venezuela foi o mutuário número um da América Latina, respondendo por aproximadamente US \$ 67 bilhões em empréstimos chineses entre 2005 e 2018, muito à frente do Brasil, em segundo lugar, com US \$ 27 bilhões. Esses empréstimos não tinham condições macroeconômicas e eram garantidos por

“commodities” para garantir Política Bancária da China. A cada novo empréstimo, o governo venezuelano aumentava seus compromissos com a oferta de petróleo venezuelano.

No lado militar, desde o embargo de armas dos EUA em 2006, a China se tornou o segundo maior fornecedor de armas para a Venezuela, aumentando tanto a complexidade quanto o volume de material de defesa exportado. De 1998 a 2018, a Venezuela representou 88,7% das exportações chinesas de armas para a América Latina; essas exportações ocorreram principalmente de 2006 a 2016. Os dois países fortaleceram os laços diplomáticos. A Venezuela reconheceu a China como economia de mercado em 2004 e os países formaram uma "aliança estratégica" em 2006, enquanto a China considerou elevar o país ao status de "parceria estratégica abrangente" em 2014.

Como outras atividades chinesas na América Latina, as relações China-Venezuela parecem se enquadrar na categoria de uma estratégia de “soft balancing”³, embora com maior engajamento do que com o resto da região.

5. SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO E A CRISE DA VENEZUELA

Nas últimas décadas, a ordem política mundial passou por marcos históricos de ruptura paradigmática. Pode-se citar o fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim (1989), a guerra contra o terror após a queda das Torres Gêmeas (2001), a crise financeira internacional (2008), que balançou os pilares do modelo econômico liberal, e, por último, a inversão da lógica tradicional do livre-comércio imposta por Donald Trump ao assumir a presidência dos Estados Unidos. O presidente coloca em prática o nacionalismo econômico, com medidas intervencionistas que o afastam do liberalismo clássico.

Segundo Góes e Silva (2017), após a Guerra Fria, a ordem mundial alterou-se de um contexto de bipolaridade de alta previsibilidade para um novo contexto pós-moderno, com características de fluidez, imprevisibilidade e complexidade com forte tendência de multipolaridade.

A multipolaridade que vem emergindo principalmente após a contestação do modelo econômico liberal traz consigo uma polarização interna e externa. Essa polarização, diante da complexidade da pós-modernidade geopolítica, adquire características distintas daquela polarização empreendida durante os tempos da Guerra Fria.

Por outro lado, a recorrência de comportamentos dos atores estatais segundo a lógica da

³ O termo foi cunhado pelo célebre pensador Joseph Nye da Universidade Harvard. O conceito é perceptível dentro das Relações Internacionais que demonstra que há um poder suave que é caracterizado por elementos como mídia e cultura.

maximização do poder, aproximam a realidade das premissas do realismo.

A teoria do realismo ofensivo⁴ oferece uma visão para tentar entender o cenário contemporâneo, porque, como Mearsheimer (2003) diz, hegemonia regional é bastante difícil de adquirir e manter. Nas Américas, por exemplo, a região está sujeita a disputas conceituais entre, por um lado, a abordagem dos EUA à América Latina como parte de sua maior esfera de influência - o Hemisfério Ocidental - e, por outro lado, percebendo a América Latina como uma área autônoma, como outras potências, como o Brasil, a China e a Rússia. Esta disputa esconde uma luta pelo poder dentro da região que coloca o realismo ofensivo de localização geopolítica no centro do estudo do comportamento internacional das grandes potências.

No mesmo sentido, Herz (1997) afirma que o pensamento contemporâneo que direciona as relações internacionais tem sido marcado pelo dilema da ordem ou da governabilidade em um sistema supostamente anárquico. O estabelecimento do moderno sistema de Estados abraça este dilema, na medida em que estabelece o princípio da soberania nacional, o baixo grau de governabilidade no sistema internacional é a contraface do alto grau de respeito à autonomia do Estado em questões domésticas e externas.

Surge aqui um novo paradigma, que ainda se encontra em construção, sendo certo, porém destacar que não vigora mais a lógica geopolítica de poder hegemônico dos EUA, que vigorava desde a queda do Muro de Berlim e a queda das Torres Gêmeas, comumente denominada de pax americana. É crível dizer que a pax americana durou até o advento da grave crise financeira liberal internacional de 2008. Momento no qual, começam a ocorrer mudanças estruturais na ordem mundial de um sistema unipolar para outro, multipolar, com características de bipolarização entre áreas de influência. Num polo, os Estados Unidos e, no outro polo, a China-Rússia.

Aliado a isso, o mundo passa a ver os EUA como uma potência militar debilitada e incapaz de resolver focos de tensão pelo mundo a fora. Recentemente, conforme Trump (2018), o presidente Trump, ao visitar as tropas dos EUA no Iraque, declarou que “os Estados Unidos não podem continuar a ser a polícia do mundo”. Nesse mesmo sentido aponta Gaspar (2016), Os EUA são comumente vistos como uma potência hegemônica muito debilitada; se é que ainda se podem chamar de potência hegemônica, tão debilitados que estão pelo revisionismo russo, pelo crescimento do poder econômico-militar chinês, pela incapacidade de resolver a crise do Médio Oriente e, desde 2017, pela liderança errática e ensimesmada de Donald Trump.

⁴ O realismo ofensivo é uma variante do realismo. É fundamentalmente diferente do realismo defensivo, descrevendo as grandes potências como revisionistas na maximização de poder, privilegiando o objetivo final de dominar o sistema internacional.

Segundo Munhoz (2017b), os EUA e a Rússia, atualmente, mantêm relações que oscilam entre períodos de estreiteza a disputas eloquentes por intermédio da mídia e momentos de maior gravidade, quando efetivamente os interesses nodais desses dois Estados se confrontam em diferentes cenários do globo. Nesse campo, imperam incertezas, principalmente quando os atuais líderes das duas nações são personalistas, imprevisíveis e muitas vezes atravessam as fronteiras da responsabilidade política que deveriam preservar.

É preciso examinar a reconfiguração da ordem mundial no século XXI para poder compreender o papel geopolítico da Venezuela no contexto da América do Sul e do Atlântico Sul, objeto de disputas entre EUA, Rússia e China.

Conforme Gaspar (2016), o fato de maior relevância para compreender a situação em que nos encontramos é o marco que foi o final da Guerra Fria – uma mudança de poder pacífica, em que a ordem mundial foi reestruturada no sentido de uma nova distribuição de poder que beneficiava os Estados Unidos, e em que a mudança se dá sem ser resultado de uma guerra mundial. Desta nova organização, resulta um mundo que é, na visão de Gaspar, unipolar por um momento (porque os Estados Unidos possuem um poder militar ímpar), e mais recentemente multipolar, já que outros atores como a China e a Rússia emergem como grandes potências. Resulta também uma ordem mundial que, ao não ser fruto de novas conferências de paz, continua a ser organizada pelas instituições tradicionais e normas (não-proliferação de armas nucleares, livre comércio global, soberania dos estados, e posição privilegiada da democracia entre os regimes políticos).

Na visão de Gaspar (2016), as crises que afetam o mundo contemporâneo, e que têm vindo a criar problemas consideráveis para o funcionamento da ordem global desde o virar do século, resultam de uma alteração da ordem mundial, que introduziu pela primeira vez na história moderna uma potência militar hegemônica, mas que ao mesmo tempo manteve muita da maquinaria institucional e normativa da ordem anterior concebida para organizar um dos blocos (o Ocidente) numa ordem bipolar. Para esse autor, os problemas do mundo de hoje são fruto da incapacidade das instituições tradicionais construídas durante a Guerra Fria em ordenar as relações entre estados quando um destes – os Estados Unidos – possui um poder dominante. Hoje, em contraste, a continuidade vem deste poder unipolar e a mudança vem da falência do modelo institucional e normativo da ordem liberal internacional. Enquanto não conseguirmos criar um outro modelo de ordenamento da sociedade internacional compatível com a subjacente balança de poder, não conseguiremos reestabelecer uma ordem internacional legítima e funcional.

Nesse mesmo sentido, Góes e Silva (2017) aponta para as contradições entre a declinante

predominância geopolítica dos EUA associada à desordem mundial. A ascensão de novas potências, como a Rússia e a China, coloca-se, agora, lado a lado com a até então única superpotência remanescente da Guerra Fria. O novo panorama mundial que se desenha cria uma nova perspectiva de disputa entre os interesses americanos e a Rússia e a China em praticamente todas as expressões do poder nacional, daí a preocupação com a análise da questão energética e, mais, precisamente, da geopolítica do petróleo.

Eis aqui, mais uma vez, caracterizada a disputa entre, de um lado, EUA e o mundo ocidental democrático e, do outro, a Rússia, a China e o mundo oriental autoritário pelo controle da evolução da ordem geopolítica mundial do tempo presente, o que evidentemente não exclui o espaço geopolítico atrelado à Venezuela, daí a preocupação de analisar em que medida as enormes jazidas de petróleo nesse espaço geográfico e o interesse que despertam nas grandes potências, especialmente, os EUA e a China.

Ademais, outro ponto que merece relevo é que Rússia e China são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e, assim como a Índia, potências nucleares. Segundo Vicentini (2019):

a China mantém seu regime socialista com um projeto de desenvolvimento multifascético globalizado, com altas taxas de crescimento, que já tornaram o país a segunda economia do mundo. E esse avanço produtivo está sendo acompanhado do incremento tecnológico e de capacidade de defesa. O Estado chinês abarca 22% da população mundial e goza de estabilidade interna e de autonomia internacional. E seu projeto de desenvolvimento “socialista de mercado” se semelhante à NEP soviética dos anos 1920 (Nova Política Econômica), só que internacionalizada. Suas conexões comerciais, financeiras e tecnológicas, tanto com os países capitalistas desenvolvidos como os em desenvolvimento, têm transformado a geoeconomia mundial, em particular nas áreas periféricas

Continuando, Vicentini (2019), ao tratar da Rússia na atualidade, indica que o país é uma potência reemergente que herdou o poderio da antiga URSS derrotada, após o enfraquecimento e declínio ocorrido com a queda do Muro de Berlim (1989). Ou seja, herdou a capacidade tecnológica, a indústria aeroespacial e armamentista, além da capacidade de defesa, o que a torna o único Estado capaz de rivalizar com os Estados Unidos no campo militar. Do ponto de vista geopolítico, a Rússia vem procurando aumentar sua influência no seu entorno e alargar suas conexões internacionais. E, por sua vez, procurando reposicionar-se no tabuleiro internacional.

As mudanças ocorridas na Rússia e na China e seus interesses complementares levaram a uma aproximação entre a Rússia e a China. Pode-se até dizer que o processo de aproximação foi potencializado pela política hostil dos EUA a ambos os países nas últimas décadas.

Para ilustrar a política dos EUA, vemos que o domínio do “democratismo” no mundo ocidental, aliado à teoria realista tradicional, foram utilizados como forma de explorar as tensões entre China e a União Soviética e usar um contra o outro. KISSINGER (2015, p. 307), ao tratar da visão de Richard Nixon e a ordem internacional, aborda a abertura dos EUA para Pequim da seguinte forma:

[...] Uma melhora na relação com a China acabaria gradualmente por isolar a União Soviética ou leva-la a melhorar sua relação com os Estados Unidos. Enquanto os Estados Unidos tivessem o cuidado de permanecer mais próximos de cada uma das superpotências comunistas do que elas estavam uma da outra, o espectro de cooperação sino-soviética em busca de uma hegemonia mundial, um fantasma que assombrara a política externa americana durante duas décadas, seria suprido. [...]

Hoje, é impossível realizar esta abordagem porque o democratismo moderno se recusa a encorajar qualquer regime autoritário. Os seguidores dessa ideologia normalmente apoiam a política dos EUA e da União Europeia no sentido de pressionar tanto a China quanto a Rússia para uma maior democratização e forçar-los a abandonar medidas que impedem os Estados Unidos e seus aliados de viabilizar essa agenda. O que naturalmente leva Moscou e Pequim a resistir, unindo-se para coordenar suas políticas externas.

Com efeito, a atual aproximação russo-chinesa é consequência natural do desenrolar das ações nas relações internacionais no final do século XX e início do século XXI. Após o colapso da União Soviética, os EUA e a Europa estavam dedicados em atingir um sistema de unidade mundial baseado em princípios e valores ocidentais. Em resposta, a Rússia e a China e outros estados não-ocidentais começaram a trabalhar juntos para criar um contrapeso à influência preponderante do Ocidente e seu desejo de construir um mundo unipolar.

Ao reconhecer o cenário internacional do atual momento histórico, percebe-se que nem estamos vivendo sob o julgo da unipolaridade geopolítica da pax americana e nem sob a ordem mundial multipolar de democracia cosmopolita kantiana. Entretanto, diferente do que propõe Góes e Silva (2017), o contexto de transição em que vivemos indica uma lógica em que a ordem mundial passa a ser de bipolarização sem, contudo, encontrar a bipolaridade característica da Guerra Fria.

A partir da aproximação sino-russa é possível identificar no mundo contemporâneo similaridades com os tempos de Guerra Fria, principalmente, no que diz respeito a uma reconstituição de duas ordens paralelas de disputa de poder. De um lado, uma ordem liberal e, do outro, uma ordem autoritária, numa lógica de bipolarização, transposto para uma competição global num quadro multipolar e assimétrico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto, é importante retomar a pergunta central deste trabalho: como a disputa interestatal materializada na Crise da Venezuela apresenta elementos úteis para a análise do mundo contemporâneo?

A hegemonia estadunidense, surgida após o fim da Guerra Fria, vem mostrando sinais de instabilidade desde a crise internacional de 2008. Com o aparente vácuo de poder, as grandes nações emergentes se estabelecem como contraponto à hegemonia americana. A acumulação prévia de capital empreendida pela China a coloca numa posição de projeção econômica global, acarretando uma situação em que o crescente peso econômico conflita com a hegemonia americana pós-Guerra Fria.

Pode-se inferir que a Rússia e a China vêm agindo com base nos fundamentos da teoria realista de disputa de poder, empregando, contudo, diferentes estratégias de equilíbrio em relação aos EUA, com o objetivo semelhante de alterar o equilíbrio de poder na América do Sul, especialmente na Venezuela.

A Rússia deixou de ser apenas uma potência energética e passa a ter uma presença internacional através de suas empresas de petróleo e gás. Aliado a isso, voltou a ser um importante “player” no mercado de armas mundial, exportando, inclusive, grande quantidade de material bélico para a Venezuela.

A China, por sua vez, tornou-se na última década a segunda potência economia mundial. E vem empreendendo arrojadas iniciativas de presença global como a Nova Rota da Seda e o OBOR (One Belt, One Road). Elas configuram a emergência de uma nova dinâmica no comércio internacional que recria os elementos básicos da geopolítica clássica, com novos elementos econômicos.

A partir do conceito de estruturas hegemônicas de poder de Guimarães (1999), podemos entender a construção da multipolaridade assimétrica no tabuleiro internacional contemporâneo, a qual está calcada na organização do mundo de acordo com os interesses econômicos interestatais e no acirramento da competição geopolítica por zonas de influência, mercados e recursos naturais estratégicos. Neste contexto intrincado, ilustra como até mesmo uma região que não é tradicionalmente envolvida em políticas de grande poder pode ser usada como alavanca de interesses de poder no contexto de competição crescente.

Na crise da Venezuela, essa estrutura se manifesta através de tentativas de interferência indireta nos assuntos internos, onde táticas não convencionais são aplicadas. Embora a Rússia e os Estados Unidos não tenham se enfrentados diretamente no território venezuelano, os dois países se enfrentam retoricamente e buscam resultados geopolíticos antagônicos.

A Rússia procura interferir diretamente na região de influência americana como trampolim para a expansão no seu entorno estratégico na Eurásia e no Oriente Médio.

Os Estados Unidos, enfraquecidos pelo conflito sírio, possuem agora um desafio na sua área de influência na América do Sul. O país norte-americano já não oferece garantias tão seguras para seu entorno estratégico contra a influência russa. A China, embora tenha se mantido neutra na crise venezuelana, possui interesses vitais na América do Sul, especialmente no que se refere à sua segurança energética e fornecimento de commodities.

A Venezuela possui grande relevância para a disputa estratégica entre as grandes potências, porque, desde o ponto de vista territorial, possui uma capacidade para operar como um parceiro energético. As reservas venezuelanas são imprescindíveis para o fluxo de recursos energéticos para a China.

Assim, consideramos que os resultados desta pesquisa corroboram com a hipótese geral de que a crise da Venezuela expõe a bipolarização da Guerra Fria. Entretanto, a bipolaridade desse conflito adquiriu uma roupagem de polarização sem bipolaridade, transposta para uma competição global num quadro assimétrico e multipolar dentro do Sistema Internacional Contemporâneo.

Destaque-se que a pertinência do estudo para a Defesa Nacional faz-se por duas principais razões. Primeiro, o grande volume de imigrantes direcionado para a região norte do Brasil decorrentes da crise venezuelana tem aumentado a tensão entre a população local e esses imigrantes venezuelanos, causando instabilidade social nos estados da região, em especial Roraima. Foco de atenção do Ministério de Defesa com a Operação Acolhida. Segundo e não menos importante, é a possibilidade da escalada da crise venezuelana, sendo capaz de redundar em guerra civil, cujos efeitos poderiam extrapolar suas fronteiras, ou seja, o transbordamento da guerra civil poderá impactar diretamente a integridade do território brasileiro.

Como consequência deste trabalho, podem surgir indagações sobre como a competição das grandes potências irá se desenrolar nos próximos anos. Tais como: o que se pode esperar da ordem mundial e do equilíbrio de poder no tabuleiro internacional? A China e a Rússia permanecerão a ditar desafios geopolíticos para os Estados Unidos? Haverá uma transição hegemônica ou será mantida a multipolaridade assimétrica como a estrutura do sistema?

Ao tentar responder essas questões, podemos inferir que tanto a Rússia como a China continuaram a subverter a ordem geopolítica mundial de forma a acarretar desafios cada vez maiores aos Estados Unidos. Num contexto internacional cada vez mais multipolar e assimétrico, os EUA e a Europa terão dificuldade de continuarem a transbordar seus valores liberais e de ampliar a aliança democrática mundial.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, Eugenio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade – Uma Discussão Teórica Realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, pp. 505-565. jul. -dez. 2006. <https://search.proquest.com/openview/d9a6615c09ecc032c4362b359c4ff27d7/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>. Acesso em 10 ago. 2019.
- GASPAR, Carlos. **O Pós-Guerra Fria**. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- GÓES, G. S.; SILVA, B. B. A. Estados Unidos, China & a Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul: uma análise sob a ótica da teoria dos complexos regionais de segurança, **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 64, p. 49-88, jan./abr. 2017.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **500 anos de Periferia – Uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.
- HERZ, John H. **Idealist Internationalism and the Security Dilemma**. World Politics, Cambridge, vol. 2, n. 2, p. 157-180, jan., 1950.
- HERZ, Mônica. Teoria das relações internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200006>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. World Economic Outlook Reports. Washington, Jul. 2019, 9 p. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/07/18/WEOupdateJuly2019>.
- KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- MEAD, Walter Russell. The Return of Geopolitics: The Revenge of the Revisionist Powers, **Foreign Affairs**, v. 93, n. 3, p. 69-79, may/jun. 2014.
- MEARSHEIMER, John J., **The Tragedy of Great Power Politics (Updated Edition)**. New York: W. W. Norton & Company, 2003.
- MUNHOZ, Sidnei José. Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anticomunismo durante a Guerra Fria, **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 452-469, fev. 2017a.
- MUNHOZ, Sidnei José. A crise do sistema soviético e o fim da guerra fria. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 449-469, dez. 2017b.
- NUNES, Ticiania A. A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética da China. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 15, n. 30, p. 134-147, jul./dez., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.26556/1807-1260.v15.n30.p134-147.2018>.
- THE OPEC ANNUAL STATISTICAL BULLETIN. Vienna: OPEC. v. 54, 2019. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/publications/202.htm. Acesso em 10 jul. 2019.

SILVA, Ana Karolina M. **Hegemonia, Imperialismo e a Guerra na Síria**: Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4311>. Acesso em 02 ago. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M., **Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI**, Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica v. 10, n. 4, p. 5-20, 2018. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/1837>. Acesso em 15 jul. 2019.

TRUMP visits U.S. troops in Iraq for first trip to a conflict zone. The Washington Post, Washington, 26 dez. 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/politics/trump-visits-us-troops-in-iraq-for-first-trip-to-a-conflict-zone/2018/12/26/d3f7d272-055e-11e9-b5df-5d3874f1ac36_story.html. Acesso em 05 nov. 2019.

VISENTINI, P. F. T. **Revista de Sociologia Política**, v.19, n. 1, p.131-141, 2011.